

Mpesa Não É Um Trabalho: a Desigualdade, o Desemprego e a Política de um Levantamento Popular

Em 2024, os moçambicanos saíram à rua numa revolta popular sem precedentes para manifestar-se contra os resultados fraudulentos das eleições gerais. Embora o impulso para as manifestações tenha sido a reposição da verdade eleitoral, os manifestantes apropriaram-se do símbolo de Venâncio Mondlane para expressar a sua indignação e reivindicar um conjunto muito mais amplo de prioridades, incluindo o acesso à habitação, serviços públicos e empregos dignos. O partido no poder respondeu com uma campanha de terror. Segundo a Plataforma Eleitoral [Decide](#), entre 21 de Outubro e 21 de Janeiro, 315 pessoas foram assassinadas pela polícia, mais de 3.000 ficaram feridas, 4.236 foram detidas ilegalmente e algumas continuam desaparecidas. Entre a fúria e euforia, os manifestantes de vários estratos sociais proclamavam: “Anamalala, o regime da Frelimo acabou”.

Os elevados índices de pobreza e desigualdade constituem uma das causas raízes desta revolta popular. Entre 2014/15 e 2020/21, a taxa de pobreza nacional disparou de 46,1 por cento para 68 por cento – resultado da crise das dívidas ocultas que levou à desvalorização do metical, à inflação dos preços dos produtos de primeira necessidade e à drástica redução do consumo. Esta situação foi agravada pelos

Ruth Keila Castel-Branco

Southern Centre
for Inequality Studies,
Universidade de Witwatersrand

choques climáticos e tensões político-militares, que tornaram o país ainda mais dependente das importações. Enquanto a maioria dos moçambicanos teve de apertar os seus cintos, uma minoria continuou a alargar os seus. Com um índice de Gini de 50,3 por cento, Moçambique já é um dos países mais desiguais do mundo. Mas o modelo de desenvolvimento extractivista tem agravado ainda mais as desigualdades materiais, sociais e existências.

Uma das razões-chave para os elevados índices de pobreza e desigualdade é a falta de emprego digno. Segundo os dados estatísticos nacionais, apenas 15 por cento da população economicamente activa são trabalhadores assalariados. Destes, menos da metade são considerados trabalhadores formais, com acesso a todas as protecções laborais, incluindo a segurança social. Regulamentos inadequados, elevados índices de evasão por parte dos empregadores e a falta de fiscalização por parte da Inspeção Geral do Trabalho são algumas das razões para as elevadas taxas de informalização

do trabalho. Os restantes 85 por cento não têm outras opções a não ser tentar “desenrascar” a vida através de uma multiplicidade de actividades, como camponeses, pequenos comerciantes e artesãos independentes. Porém, como indicam as taxas de pobreza, a maioria não ganha o suficiente para satisfazer suas necessidades básicas.

Em 2017, Moçambique adoptou uma Política de Emprego, que visa promover mais e melhores empregos. Um dos seus pilares é a criação de novos postos de trabalho para os jovens. No entanto, as principais acções não se concentram na geração de empregos, mas sim na promoção do empreendedorismo através de programas de formação, acesso ao crédito, e incubação de pequenas e médias empresas. Em 2020, o Governo criou a Secretaria de Estado da Juventude e do Emprego. Com o financiamento do Banco Mundial, o SEJE implementou dois programas: Eu Sou Capaz que tem como objectivo empoderar a rapariga e o Emprega, que apesar do nome, está focado na formação e apoio a empreendedores. Segundo o relatório do [Banco Mundial](#), o Emprega ofereceu empréstimos de até Mts 65.000 a 500 pequenas e medias empresas, que por sua vez, prometeram criar 5.000 empregos. Para além de ser uma gota no

oceano quando comparada com o número total de desempregados, os empregos criados não garantem um rendimento digno e regular ou a progressão profissional. Como dizia um cartaz de uma das manifestantes durante a revolta popular de 2024: “Mpesa não é um trabalho”, é uma estratégia de último recurso.

No livro *“Juventude, Waithood e Protestos Sociais em Africa”* a antropóloga Alcinda Honwana

defende que a grande parte dos jovens africanos vivem um prolongado período de suspensão entre a infância e a idade adulta, por causa da falta de acesso à habitação e oportunidades de emprego digno. Os movimentos de protesto liderados por jovens são uma resposta a estas pressões. No entanto, muitos movimentos têm tido dificuldade em consolidar as suas reivindicações numa agenda política transformativa. A

transformação da ordem política não requer apenas uma mudança de partido; requer a articulação de uma alternativa ao dogma neoliberal que tornou Moçambique ainda mais pobre e desigual. A revolta popular de 2024 representa um ponto de viragem, mas ainda não se sabe para onde esta viragem nos irá levar.